

## REGIMENTO PARA ELEIÇÃO DE DELEGADAS E DELEGADOS SINDICAIS DO SINDSASC

**Art. 1º** - As eleições para delegadas e delegados sindicais acontecerão nos meses de outubro de 2021 a março de 2022.

**Art. 2º** - As eleições dos delegados e delegadas sindicais serão realizadas nas próprias Unidades, em reuniões previamente agendadas pela direção do sindicato.

*Parágrafo único* - Os delegados sindicais dos aposentados serão escolhidos em reunião convocada pela diretoria do sindicato.

**Art. 3º** - Qualquer sindicalizado(a) pode ser eleito(a) para o mandato que vai até o segundo semestre de 2024.

*Parágrafo único* - Os membros da Diretoria Executiva e suplentes, Conselho Fiscal e suplentes, assim como os representantes e respectivos suplentes do Sindsasc no CDCA, Consea e CAS integram, como membros natos, o coletivo de delegados sindicais, não podendo, por isso, acumular a função.

**Art. 4º** - Em caso de mudança de lotação do(a) delegado(a) sindical o(a) mesmo(a) deve ser substituído pelo suplente. Não havendo suplente, procede-se a uma nova escolha.

**Art. 5º** - Os critérios para escolha são:

- I - Unidades com até 20 servidores: um delegado e um suplente;
- II - Unidades com mais de 20 e menos de 50 servidores: dois delegados e dois suplentes;
- III - Unidades com mais de 50 servidores: três delegados e três suplentes.

**Art. 6º** - Os nomes escolhidos para delegadas(os) sindicais serão divulgados no site do sindicato.

**Art. 7º** - Casos omissos serão resolvidos pela diretoria do sindicato.

Brasília-DF, 11/10/2021



26 DE OUTUBRO

## Luta continua em assembleia

No dia 26 de outubro, o Sindsasc reúne os servidores da assistência social para uma assembleia geral, a partir das 15 horas, com paralisação parcial dos servidores no período da tarde. Realizada em formato híbrido, com partici-

pação presencial, na sede da LBV Brasília (915 Sul), e também via Google Meet, a assembleia destaca nossas principais pautas no momento.

Vamos debater sobre reajuste salarial, incluindo o pagamento da terceira parcela; a

reposição de todas as vacâncias na assistência social em 2021 e nomeação de todos os aprovados em 2022; o concurso de remoção; as condições de trabalho, além da luta contra a Reforma Administrativa (PEC-32).

O Sindsasc orienta os

servidores e servidoras a remarcarem atendimentos que estiverem agendados para o dia 26 a partir do meio-dia. Na alta complexidade, deve ser mantido o efetivo mínimo de 30% no horário do meio-dia às 18h, quando ocorre a paralisação.

### Mobilização é mais que urgente

*PEC-32 ataca direitos dos servidores e precariza serviços públicos no Brasil*

PÁGINA 4

### Pior da história do DF

*Deputado Reginaldo Veras avalia gestão de Ibaneis como péssima na assistência social*

PÁGINA 6

### Atendimento em colapso

*Gestão da Secretaria da Mulher na Casa Abrigo prejudica vítimas de violência*

PÁGINA 7

## EDITORIAL

### Não podemos ficar esperando as eleições

Alguns colegas, desconsolados com os governos, jogam suas esperanças na eleição de novos governantes, no plano federal ou no Distrito Federal. Ainda que essa seja uma intenção legítima, não podemos



nos fixar nisso, porque ainda falta quase um ano para as eleições e porque nesse intervalo até lá, ainda podemos sofrer muitos prejuízos causados por Ibaneis Rocha e Jair Bolsonaro.

Em nível federal temos a terrível PEC-32, cujas consequências, se aprovada, podem ser muito piores que a reforma da previdência, cujo prejuízo estamos sentindo no contracheque. A inflação elevada e a redução dos gastos públicos resultam da combinação nefasta de

uma visão econômica neoliberal, com uma visão política da extrema-direita radical.

No Distrito Federal o governador Ibaneis não esconde seu ódio pelos servidores públicos. Sua última declaração referente aos Cras - a de que a população estaria sendo maltratada - é um insulto a quem trabalha em condições muito difíceis, inclusive durante a pandemia e, além de não ter o reconhecimento por parte do governador, ainda vê o mesmo fazer propaganda e au-

topromoção às custas do nosso serviço.

Neste boletim, você vai encontrar o chamado à luta. Começando pelas mobilizações no aeroporto e na Câmara contra a PEC-32 e prosseguindo com a assembleia geral do dia 26 de outubro. As reuniões nas unidades para eleição de delegados sindicais integram esse esforço de mobilização.

Pedimos sua atenção para as próximas páginas e, principalmente, para os próximos dias de muita luta.

TV  
SINDSASC

28 outubro  
11 e 25 novembro  
9 dezembro  
As 17h

Assista no  
Facebook  
(Facebook.com/sindsascgdf)  
Ou na  
TV Comunitária  
Canal 12 da Net



## CASA ABRIGO

# Mudanças prejudicam atendimento às mulheres vítimas de violência

Agência Brasília

O atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica pela assistência social do Distrito Federal vive um colapso, sobretudo em relação à Casa Abrigo. Os números assustam e a gestão da Secretaria da Mulher piora a situação, tanto dos servidores que trabalham nele quanto precisam de acolhimento e atendimento.

Dados da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) mostram que foram registrados 112 feminicídios entre 2017 e o primeiro semestre de 2021 no DF. Nos seis primeiros meses de 2021 foram 16 casos, enquanto em todo o ano de 2020 foram 17. Os números apontam para a urgente necessidade de nomeação de servidores e para a abertura de novos equipamentos públicos.

Mudanças recentes, instituídas pela Portaria 62/2021, assinada pela titular da pasta, Ericka Fi-

lippelli, retirou do plantão técnicos e especialistas em assistência social. Assim, o atendimento nessas unidades fica comprometido no período noturno e nos fins de semana.

Crimes como estupro e importunação sexual acontecem com mais frequência nos fins de semana entre 18h de 23h59, justamente o período em que há menos servidores para atender as vítimas. A Secretaria da Mulher errou ao retirar algumas especialidades de servidores do plantão da Casa Abrigo no período noturno e nos fins de semana.

### FRAGMENTAÇÃO

Com as alterações impostas, sem a concordância dos servidores que realmente entendem sobre as políticas públicas de proteção à mulher, o atendimento ficou fragmentado. Só restaram nos plantões os agentes sociais, cuidadores e apenas um psicólogo. Quando




➔ Nos seis primeiros meses de 2021 registrados 16 casos de feminicídios registrados no DF

a vítima precisa de uma consulta com advogado, esse atendimento só pode ser realizado em dias úteis. Há ainda o despreparo dos chefes dos plantões, que antes eram comandados por servidores de carreira e foram substituídos por funcionários comissionados sem o pleno entendimento técnico das áreas em que atuam.

Há ainda a reclamação de que a secretária Ericka Filippelli costuma tomar decisões sem levar em consideração apenas critérios técnicos, baseadas em avaliações pessoais, o que agrava a situação da Casa Abrigo.

Durante a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Feminicídio realizada pela Câmara Legislativa do DF, a titular da pasta fez ataques aos servidores ao contestar as entregas de atestados médicos da equipe e colocou em dúvida o trabalho e o comprometimento de servidores de carreira que preenchem todos os requisitos técnicos para garantir a efetivação das políticas públicas de proteção à mulher. Estes profissionais acreditam que as mudanças no plantão teria sido uma espécie de represália de Filippelli.

 SINDICATO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CULTURAL DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	<b>PRESIDENTE</b> Edgley Avelino	<b>DIRETORA JURÍDICA</b> Elizabeth Trindade	<b>5º SUPLENTE</b> Marcos Celso	<b>ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO</b> Lambada Comunicação
	<b>DIRETOR GERAL</b> Eduardo Pitombo	<b>1º SUPLENTE</b> Camila Inácio	<b>CONSELHO FISCAL</b> Welson Gonçalves Luciano Nunes Leandro Campelo	<b>JORNALISTA RESPONSÁVEL</b> Fred Leão (DRT: 9903-DF)
SCS, Quadra 01, Bloco K, Ed. Denasa, Sala 402, Asa Norte, Brasília - DF (61) 3340-6239 Whatsapp: (61) 99213-9528 secretaria@sindsascgdf.org.br sindsascgdf.org.br Facebook.com/sindsascgdf   Instagram: Sindsasc	<b>DIRETORA FINANCEIRA</b> Natalícia Santana	<b>2º SUPLENTE</b> Vânia Maria da Silva	<b>SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL</b> Walmir Silva Perez Júnior, Beatriz Nunes, Márcia Gomes	
Os artigos e demais textos assinados desta publicação não necessariamente refletem a opinião da diretora do sindicato.	<b>DIRETOR DE RELAÇÕES E COMUNICAÇÃO</b> Clayton Avelar	<b>3º SUPLENTE</b> Carmem de Oliveira		
		<b>4º SUPLENTE</b> Julia Hofmann		



## Para os servidores, não há privilégios, apenas ataques

A Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2020 (PEC-32), que tramita na Câmara dos Deputados, exige nossa mobilização para combater os ataques aos servidores públicos contidos nelas. Bolsonaro, por meio do ministro da Economia, Paulo Guedes, chama este ataque de “combate aos privilégios do serviço público do Brasil”, o que é uma falácia.

Não se tratam de privilégios e não há estudos técnicos confiáveis que demonstrem esses supostos privilégios. Além do mais, é preciso pensar para quais servidores a reforma vai impactar. A doutora e livre-docente de Direito, Irene Patrícia Nohara, apresentou um parecer seguro do que é e o que vai acontecer com os servidores públicos, bem como as consequências aos serviços públicos e população. A reforma prevê regras para os novos servidores públicos concursados após a promulgação dessa PEC-32. Ela pode extinguir o Regime Jurídico Único e divide

os servidores em quatro classes conforme o tipo de vínculo e cria novas formas de perda do cargo público, retira do Poder Legislativo a competência de criar e extinguir órgãos públicos autorizando o Poder Executivo a realizar esse tipo de ato por decreto.

O estudo da professora conta com o apoio de pesquisa feita pelos especialistas Wellington Nunes (UFPR) e José Celso Cardoso Júnior (Ipea), com dados estatísticos anuais comparativos dos três poderes que concluem que os salários dos servidores públicos não são exorbitantes, que a elite do serviço público está no Ministério Público da União, Tribunais Regionais e Superior, na Câmara dos Deputados, no Senado, no Tribunal de Contas da União e no Ministério das Relações Exteriores, e que estes vão ficar de fora da reforma. Além deles, os militares terão poucas alterações, mas conquistam flexibilidade para acumulação de cargos.

Onde está o combate

Agência Senado



➤ Reforma imposta por Bolsonaro que ataca direitos dos servidores está em tramitação no Congresso Federal

aos privilégios? Os servidores do Poder Executivo sempre estiveram com salários menores em relação aos servidores do Legislativo e Judiciário. Uma reforma se faz para a melhoria dos serviços públicos com avaliação dos prejuízos e da relação custo-benefício das contratações e serviços.

A reforma não vai melhorar a gestão dos serviços públicos. Qual é a previsão na proposta sobre tornar a gestão pública eficiente e garantir mais políticas públicas? Por que reduzir o tamanho do Estado? Como ficarão os serviços diretos à população?

A professora menciona o exemplo do caos de energia (com muitas interrupções do serviço à população) que aconte-

ceu no Amapá com a privatização do setor energético. O autores dessa reforma não apresentaram nenhuma estimativa dos serviços após o seu implemento nem mesmo diagnósticos e estudos de impactos fiscais ou econômicos que beneficiem o povo brasileiro.

Queremos saber por que retirar a estabilidade e realizar contratações sem segurança de emprego? O agente público vai operar pensando no resultado do seu serviço à população ou no medo de perder o emprego e sustento de sua família se não cumprir os desmandos do seu superior? Essa prática só aumentará ainda mais a corrupção e os crimes de assédio moral e sexual. Logo, estabilidade não é privilégio.

SETE ANOS DE PERDAS SALARIAIS

## Escorrendo pelo ralo

Anunciado no dia 14 de outubro, o pagamento da terceira parcela do reajuste salarial dos servidores do Governo do Distrito Federal (GDF), definido pela Lei 5.184/2013, contempla apenas parcialmente a dívida com os funcionários públicos do DF.

O Sindsasc defende que a terceira parcela seja paga retroativamente a 2015, quando deveria ter começado a incidir sobre os salários dos servidores. “O pagamento não é mais do que a obrigação do GDF, mas infelizmente o governo se nega a pagar o retroativo, que é nosso direito por lei. Não vamos abrir mão disso”, afirma o diretor do sindicato, Clayton Avelar.

### QUATRO VITÓRIAS NA JUSTIÇA

O Sindsasc obteve a quarta vitória na Justiça a favor do pagamento da terceira parcela do reajuste no dia 7 de outubro. Nesta decisão, o presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), desembargador Romeu Gonzaga Neiva, negou recurso para que o GDF deixasse de pagar o aumento.

O anúncio do pagamento da terceira parcela do reajuste salarial é resultado da pressão feita pelos servidores. Além das quatro vitórias na Justiça alcançadas, a pauta pelo pagamento é reivindicação antiga e motivou três greves da categoria, em 2015, 2016 e 2018.

### PERDAS AO LONGO DOS ANOS

O Sindsasc aponta ainda um outro problema: o pagamento só começa a ser pago em abril de 2022, completamos sete anos e meio sem reajuste já que o último aumento ocorreu em 2014. Pesquisa encomendada pelo Sindsasc ao Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) mostra que a categoria teve 49% de perdas salariais nos últimos sete anos.



## “” ENTREVISTA REGINALDO VERAS DEPUTADO DISTRITAL

Em entrevista a **o social**, o parlamentar critica a gestão da pandemia feita pelo GDF ao se alinhar à postura genocida de Bolsonaro. O deputado chama a atenção também para a falta de servidores na assistência social e a precarização no acesso aos programas sociais oferecidos pelo GDF. Confira.



Divulgação/Assessoria

### “Esse é o pior governo no que se refere ao setor da assistência social da história do DF”

Como o deputado avalia a gestão da pandemia feita pelo governo de Ibaneis Rocha? Em vários momentos houve um alinhamento do GDF com as ações desastrosas de Bolsonaro em relação à pandemia. O senhor avalia que isso prejudicou a população do DF? Começou muito bem, com o governador Ibaneis inclusive sendo pioneiro na adoção de medidas restritivas à circulação e aglomeração de pessoas. No entanto, desandou a partir do momento em que ele começou a acompanhar as desastrosas e negacionistas medidas adotadas por Bolsonaro. Assim como Bolsona-

ro, Ibaneis prejudicou a população brasileira e tem responsabilidade nas mais de 600 mil mortes, Ibaneis ao segui-lo tem também responsabilidade pelas mortes aqui no Distrito Federal. As unidades da assistência social do DF estão completamente precarizadas. Como o deputado avalia o comprometimento do GDF com o setor? As unidades da assistência social estão precarizadas por falta de investimento na melhoria da infraestrutura, falta de investimento em tecnologia para melhorar o atendimento e acima de tudo devido à falta de servidores públi-

cos para atender bem a população. Milhares de pessoas precisam fazer o CadÚnico [Cadastro Único] para ter acesso aos programas ofertados pelo governo, mas não conseguem por falta de servidores. Esse é o pior governo no que se refere ao setor da assistência social da história do DF.

Uma das lutas mais difíceis da assistência social é a nomeação de servidores para suprir o déficit para atender à crescente demanda, ainda mais agravada pela pandemia. O senhor se declara aliado nesta luta. Como o parlamentar e ou-

tros distritais podem ajudar nessa luta? A única forma de melhorar esse atendimento é nomeando os aprovados no último concurso público. O Executivo, inclusive, já gastou dinheiro na formação desses servidores. Os deputados distritais devem se unir para cobrar do governo essas nomeações, como já venho fazendo com frequência, mesmo sendo criticado por alguns. Serviço público tem que ser exercido por servidor público concursado e não por intervenção de Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Então é nomear para melhorar o atendimento!

## FALA, SERVIDOR!



### Vida do trabalhador

O cenário político nacional deixa claro que a classe dominante nunca aceitará que os trabalhadores se tornem uma ameaça para suas regalias. De uma forma muito escancarada e sem pudor, eles tentam nos fazer crer que não podemos ascender, e que só nos cabe trabalhar, trabalhar e trabalhar, para que suas fortunas aumentem.

Mas somos teimosos! Para eles, petulantes, onde já se viu trabalhador querer férias?! Décimo Terceiro?! FGTS?! Daqui a pouco vão querer estudar, colocar filhos na faculdade. É o fim do mundo mesmo. E os que se intitulam como Servidores Públicos, esses vão além... querem estabilidade. Estabilidade essa que lhes permite a ousadia de denunciar irregularidades, não ficar refém de políticos desonestos e ainda tentam ofertar políticas públicas de qualidade. Vale lembrar que esse servidor não tem FGTS. Mas eles

estão avançando e colocando cada um “no seu devido lugar”! Já fizeram a reforma trabalhista, Reforma da Previdência, além da Reforma Administrativa (PEC-32). Para eles, é assim que o País volta a crescer e todo mundo viverá feliz para sempre. Porque o importante é estar vivo!

Diante desta realidade não enxergo outro caminho que não seja a união de toda a classe trabalhadora em prol dos seus direitos! Mas e você? Está satisfeito com essa realidade com gás de cozinha R\$100, gasolina R\$7,00 o litro e o aumento na conta de luz? E o salário continua o mesmo. Acorda, trabalhador!



EDGLAY SOUSA  
PRESIDENTE DO SINDSASC